

Instituto Moreira Salles

**BOLSAS IMS DE PESQUISA EM FOTOGRAFIA
edição 2023**

Edital

O Instituto Moreira Salles, entidade cultural sem fins lucrativos, institui o presente edital, que regulamenta o concurso para a seleção de dois projetos eleitos à BOLSA IMS DE PESQUISA EM FOTOGRAFIA, edição 2023.

Com vistas a contemplar maior representatividade de vozes e de identidades, de grupos historicamente silenciados, e reiterando a diversidade e inclusão como valores e compromissos centrais do Instituto Moreira Salles, nesta edição haverá dois critérios para a seleção:

1. Preferencialidade regional: as duas bolsas serão destinadas a pessoas pesquisadoras nascidas ou residentes, que desenvolvam pesquisas sobre e/ou que tenham como local de trabalho e pesquisa as regiões afetadas pela ação da Fundação Brasil Central: Mato Grosso, Tocantins, Goiás, sul do Pará, sul do Amazonas e Distrito Federal;
2. Uma das bolsas acima mencionada será destinada a pessoa pesquisadora negra ou indígena.

1. Do objeto:

1.1. Constitui o objeto do presente edital a seleção de dois projetos para o estudo das coleções de fotografia conservadas no Instituto Moreira Salles.

1.2. As bolsas têm por objetivos:

- a) Contribuir para a capacitação de pesquisadores que desejem investigar a história da fotografia no Brasil;
- b) Fomentar pesquisas que contribuam para promover e disseminar o conhecimento sobre autores, obras, conjuntos, coleções de natureza fotográfica e arquivos documentais sobre a fotografia, sob a guarda do Instituto Moreira Salles e de outras bibliotecas, coleções, instituições arquivísticas e museológicas brasileiras;
- c) Estimular a realização de estudos críticos sobre o lugar da fotografia na formação de representações históricas, sociais e culturais no Brasil;
- d) Encorajar a produção de interpretações diversas sobre a fotografia, a partir de perspectivas culturais plurais.



Instituto Moreira Salles

2. Das condições gerais:

2.1. Estão aptas a se inscrever pessoas físicas, brasileiras ou estrangeiras, radicadas no Brasil há, no mínimo, 01 (um) ano, e que preencham uma das seguintes condições:

a) possuam o título de mestre ou superior, com ou sem vínculo acadêmico ou institucional;
ou

b) possuam título universitário de graduação e comprovem, ao menos, 3 (três) anos de experiência na realização de projetos de pesquisa em Ciências Humanas ou Sociais, cujos resultados tenham sido publicados em meio impresso ou digital;

c) que cumpram uma ou todas as seguintes condições:

sejam nascidas, residentes ou que tenham como local de trabalho e pesquisa as regiões afetadas pela ação da Fundação Brasil Central: Mato Grosso, Tocantins, Goiás, sul do Pará e sul do Amazonas.

2.2. Não poderão se inscrever as pessoas físicas que sejam funcionárias do Instituto Moreira Salles ou que tenham vínculo de parentesco com funcionárias do Instituto Moreira Salles, nem pesquisadores vencedores nas edições passadas da BOLSA IMS DE PESQUISA EM FOTOGRAFIA.

3. Das condições específicas:

3.1. O Instituto Moreira Salles concederá duas bolsas, para o eixo temático **Em nome do vazio. Fotografia, conquista e colonização de Estado no âmbito da *Marcha para o Oeste***, que se encontra descrito no Anexo I.

3.2. As pessoas candidatas deverão apresentar um único projeto de pesquisa inédito, assim entendido como um projeto não apresentado publicamente nem resultante de dissertação ou tese para conclusão de curso de graduação ou pós-graduação universitária.

3.3 A fim de auxiliar na elaboração do projeto de pesquisa, os Anexos I e II deste edital contêm informações complementares, links do Instituto Moreira Salles com referências sobre os conjuntos fotográficos e sugestão de bibliografia sobre o assunto proposto.

3.4. O trabalho de pesquisa poderá ser desenvolvido de forma remota.

3.5 Para a realização da pesquisa, as pessoas cujos projetos de pesquisa tenham sido selecionados terão acesso aos acervos que contêm obras referentes ao eixo temático da bolsa, que se encontram digitalizados no banco de imagens do Instituto Moreira Salles.



Instituto Moreira Salles

4. Das inscrições

4.1. As inscrições estarão abertas no período de 7 de março a 7 de maio de 2023.

4.2. O processo de inscrição será realizado em duas etapas:

- Preenchimento do formulário de inscrição *online*, no endereço:

<http://bit.ly/bolsadepesquisa2023>

- Envio do material de inscrição (descrito no item 4.3), exclusivamente por *e-mail*, até 23h59min do dia 7 de maio de 2023, para o endereço bolsadepesquisa@ims.com.br

4.3. O material de inscrição a que se refere o item anterior compreende os seguintes documentos em formato digital:

- Formulário de inscrição *online* preenchido;
- Cópia de RG e CPF;
- Para pessoas estrangeiras, documento que comprove residência no Brasil há, no mínimo, 01 (um) ano;
- Cópia do diploma de mestrado, ou cópia do diploma de graduação e comprovação de pesquisas realizadas que tenham sido publicadas física ou digitalmente, tais como capa e primeiras páginas de livro ou do artigo, ISBN das publicações, link para plataforma digital em caso de produto audiovisual;
- Currículo resumido, incluindo formação, atividades profissionais, publicações e trabalhos técnicos realizados (arquivo em pdf);
- Cópia do projeto de pesquisa (arquivo em word e pdf) com, no máximo, 10 páginas, especificando:
 - Tema da pesquisa;
 - Objetivos;
 - Pertinência do projeto;
 - Fontes e materiais documentais e iconográficos a serem pesquisados nos acervos do Instituto Moreira Salles e em outras instituições;
 - Resultados previstos;
 - Plano de trabalho (cronograma e etapas).

5. Da seleção:

5.1. O processo seletivo será realizado nas seguintes etapas:

- Habilitação das candidaturas, com o objetivo de verificar o cumprimento das exigências previstas neste edital;
- Avaliação dos projetos, segundo os critérios previstos neste edital, por uma Comissão de Seleção, a ser constituída por três profissionais, indicados pelo Instituto Moreira Salles;
- Avaliação dos currículos;



Instituto Moreira Salles

- Eventuais entrevistas, preferencialmente via *Google meet* ou outra plataforma de reunião à distância, poderão ser requeridas pela Comissão de Seleção, para fins de esclarecimentos ou desempate.

5.2. A Comissão de Seleção levará em consideração as seguintes diretrizes:

- Qualidade e pertinência do projeto apresentado;
- Qualificação do candidato e sua experiência em projetos de pesquisa correlatos.

5.3. A análise dos projetos e currículos, assim como eventuais entrevistas ocorrerão no período de 8 de maio a 8 de junho de 2023.

5.4. O resultado final com os nomes dos bolsistas selecionados será divulgado no *site* do Instituto Moreira Salles (www.ims.com.br), em junho de 2023.

5.5. As pesquisas serão iniciadas em junho de 2023, tendo como pré-requisito a formalização dos documentos referidos no item 6.4 a seguir.

6. Da bolsa:

6.1. As Bolsas IMS de Pesquisa em Fotografia – edição 2023 terão duração máxima de 01 (um) ano.

6.2. O valor bruto de cada bolsa será de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

6.3. O pagamento de cada bolsa será efetuado em 12 (doze) parcelas mensais no valor bruto de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), sobre o qual serão descontados o imposto de renda à alíquota estabelecida pela Receita Federal do Brasil na ocasião do pagamento e eventuais tributos instituídos durante a vigência da bolsa.

6.4. As pessoas cujos projetos de pesquisa tenham sido selecionados deverão entregar ao Instituto Moreira Salles, no prazo de até 7 (sete) dias úteis a contar da data da publicação do resultado, os seguintes documentos:

- Dados bancários (banco, agência e conta corrente);
- Comprovante de residência; e
- Contrato assinado

6.5. Não serão aceitos pedidos de reconsideração do resultado final da seleção.

6.6. O material de inscrição dos projetos de pesquisa não selecionados será inutilizado.



7. Das obrigações:

7.1. A Bolsa IMS de Pesquisa em Fotografia tem estimulado o contato direto dos pesquisadores com os acervos sob a guarda do Instituto Moreira Salles. Embora não exista obrigação de realizar as atividades de forma presencial, as pesquisas dessa natureza são bem vindas. Se as pessoas selecionadas não forem residentes na cidade do Rio de Janeiro, o Instituto Moreira Salles custeará passagem, estadia e *per diem* para alimentação e transporte local para um período de 10 (dez) dias corridos.

7.2. Para acompanhar o desenvolvimento do projeto, serão realizados encontros bimensais, *online*, entre as pessoas cujos projetos de pesquisa tenham sido selecionados e a coordenação da Bolsa IMS de Pesquisa em Fotografia.

7.3. Cada bolsista deverá entregar três relatórios parciais, um a cada 90 (noventa) dias, a começar pela data de início da pesquisa. O primeiro e o terceiro relatórios deverão ser também apresentados de forma oral para a Comissão de Seleção, via online e em datas a serem previamente combinadas. A continuação das atividades e a vigência da bolsa serão condicionadas à aprovação dos relatórios pela referida Comissão.

7.4. Como conclusão do projeto de pesquisa, cada bolsista deverá apresentar os seguintes resultados finais: (i) relatório final, (ii) artigo de conclusão da pesquisa, e (iii) palestra aberta ao público, sobre os resultados de sua pesquisa, em local a ser definido pelo Instituto Moreira Salles.

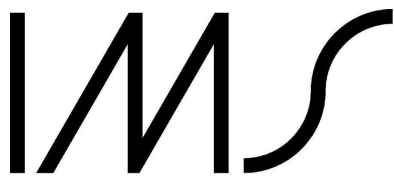
7.5. Eventuais mudanças no projeto de pesquisa deverão ser discutidas com a coordenação da Bolsa IMS de Pesquisa em Fotografia.

7.6. O pagamento da última parcela da bolsa está condicionado à entrega do relatório final, aprovado pela Comissão de Seleção, e do artigo referido no item 7.4 acima.

7.7. As pessoas beneficiárias da bolsa licenciarão ao Instituto Moreira Salles o direito de exclusividade para divulgar, reproduzir, publicar, traduzir e/ou utilizar os resultados finais do projeto pelo prazo de um ano, a contar da data de pagamento da última parcela da bolsa.

7.8. Após o prazo referido no item 7.7 acima, o Instituto Moreira Salles terá o direito de exibir, divulgar, reproduzir, publicar, traduzir e/ou utilizar, por qualquer meio ou forma, os resultados finais dos projetos em todo e qualquer evento, atividade e projeto de natureza comercial, institucional e/ou cultural do Instituto Moreira Salles.

7.9. Após o prazo referido no item 7.7 acima, cada bolsista poderá dispor integralmente dos resultados finais do seu projeto, observada a disposição do item 8, a seguir.



Instituto Moreira Salles

8. Dos créditos:

Toda e qualquer divulgação dos resultados finais ou parciais do projeto deverá ser sempre acompanhada do seguinte crédito: “Realizado com incentivo da Bolsa IMS de Pesquisa em Fotografia – edição 2023”.

9. Das disposições gerais:

9.1. O ato da inscrição implica a plena aceitação das normas constantes no presente edital.

9.2. Os casos omissos serão apreciados e resolvidos pela Comissão de Seleção, ficando desde logo eleito o Foro Central da Comarca de São Paulo para dirimir eventuais questões relativas a este edital.

9.3. O Instituto Moreira Salles não se responsabiliza pelas licenças e autorizações necessárias à realização do projeto selecionado, sendo estas de total e exclusiva responsabilidade das pessoas autoras do referido projeto .

9.4. A inexecução total ou parcial do projeto contemplado neste edital implicará a adoção de medidas judiciais cabíveis e a devolução, por parte das pessoas selecionadas, dos recursos recebidos, atualizados de acordo com a legislação vigente à época em que se realizar a respectiva quitação.

9.5. A pessoa selecionada será a única e exclusiva responsável pela realização do seu projeto, isentando o Instituto Moreira Salles de qualquer responsabilidade sobre o mesmo.



Instituto Moreira Salles

Algumas datas relacionadas à Marcha para o Oeste e à FBC

1891 - A primeira Constituição da República estabeleceu, em seu artigo 3º, a demarcação de uma área de 14 mil km² no planalto central, para a transferência da futura capital. O astrônomo e diretor do Observatório Nacional, Louis Ferdinand Cruls, foi encarregado, no ano seguinte, de dirigir a Comissão Exploradora do Planalto Central, que realizou viagens para a demarcação do local. A equipe de Cruls, composta por pesquisadores, geólogos, geógrafos, botânicos, naturalistas, engenheiros e médicos, mapeou aspectos climáticos e topográficos, a fauna, a flora, os cursos de rios e o modo de vida dos habitantes.

Os resultados dos estudos levaram, em 1894, à instituição da Comissão de Estudo da Nova Capital da União, também chefiada por Cruls, para fixar o local onde seria construída a nova cidade.

1910 - O decreto n. 8.072 de 20 de junho criou o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), ligado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Seu primeiro presidente foi o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

1922 - Em sete de setembro foi lançada a pedra fundamental da nova capital dos Estados Unidos do Brasil, em local próximo de Planaltina, no estado de Goiás.

1925 - O tenente-coronel inglês Percy Harrison Fawcett, seu filho Jack e Releigh Rimmel desapareceram em local desconhecido no Mato Grosso, a caminho da Serra do Roncador, supostamente em busca de uma “civilização perdida”. Desde 1906, o experiente explorador fazia viagens frequentes pela região amazônica, integrando comissões para demarcação de limites entre Brasil e Bolívia. Nos anos 1950 foi encontrada a possível ossada de Fawcett, que teria sido morto pelo povo Kalapalo. O sumiço assumiu ares lendários e suas aventuras inspiraram livros e filmes, entre os quais *Indiana Jones*.

1931 - Criação da *Coleção Brasileira*, pela Companhia Editora Nacional, que traduziu para o português ou republicou diversos livros sobre a área que viria a ser denominada Brasil Central, entre os quais *Expedição às regiões centrais da América do Sul v.2*, de Francis Castelnau; *Viagem ao Araguaia*, de José Vieira Couto de Magalhães; *O Brasil Central: Expedição em 1884 para a exploração do Rio Xingu*, de Karl Von den Steinen; *Pelo Brasil Central*, de Frederico Augusto Rondon e o *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*, de Luís Cruls.

1933 - O interventor de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, assinou o decreto 3.359 que estabeleceu as bases para a construção de Goiânia, nova capital do estado. A mudança da

capital marcou o primeiro ato das aspirações de desenvolvimento e integração da região central brasileira ao restante do país. A cidade foi inaugurada em 1942.

1937 - A nova Constituição Federal do Estado Novo estabelecia a demarcação de terras indígenas pelo SPI. O projeto de integração dos indígenas à vida nacional, de cunho positivista e colonialista, contudo, previa o paulatino branqueamento dos povos originários, à medida que sua transformação em “cidadãos” também extinguiria sua cultura e formas de vida.

1938 - Em janeiro, Getúlio Vargas lançou a campanha *Marcha para o Oeste*, com a finalidade de promover o “povoamento e desenvolvimento econômico da região central do território brasileiro”.

Em maio, um decreto-lei instituiu o português como única língua nas escolas brasileiras, proibindo o ensino de outras línguas para menores de 14 anos.

Vargas outorgou a condecoração da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul à missão salesiana do Mato Grosso, na figura do padre Antonio Colbacchini. Através dessa honraria, o Estado reconheceu o valor da obra da então chamada “pacificação” salesiana e sua contribuição para o projeto de ocupação do interior do estado do Mato Grosso.

1939 - Com a instituição do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), sob o comando do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, antropólogos como Heloísa Alberto Torres, Darcy Ribeiro e Eduardo Galvão passaram a trabalhar na formulação de políticas indigenistas. O Serviço de Proteção aos Índios adquiriu papel preponderante no âmbito do programa *Marcha para o Oeste*. A instituição teve relevância ainda na produção imagética sobre os povos indígenas, assim como na promoção e difusão de estudos publicados, como artigos científicos e jornalísticos, e na criação de museus etnográficos.

1940 - Em agosto, o Presidente Vargas visitou a aldeia Karajá, em Santa Isabel do Morro, na Ilha do Bananal, e sobrevoou uma aldeia Xavante.

1943 - Primeira etapa da Expedição Roncador-Xingu, tendo no comando o coronel Flaviano Mattos Vanique, ex-chefe da Guarda Pessoal do presidente Vargas. A expedição partiu em 3 de dezembro do “Marco Zero”, em Barra do Garças, com destino ao Rio das Mortes. Na região foi construída a cidade de Aragarças, localidade já habitada por garimpeiros.

Em outubro foi instituída a Fundação Brasil Central (FBC). Vargas nomeou João Alberto Lins de Barros, participante do movimento tenentista e da Coluna Prestes, então ministro da Coordenação da Mobilização Econômica, como primeiro presidente.

1945 - A FBC incorporou a administração da Estrada de Ferro Tocantins (EFT), com o objetivo de complementar a navegação dos rios Tocantins, Araguaia e das Almas, interrompida por cachoeiras, integrando a região do centro oeste ao litoral do Pará. O início de sua construção, em 1905, foi atrelado ao ciclo da borracha. Paralisada por 17 anos, a restauração a partir de 1933 e o prolongamento da ferrovia foram motivados pelas necessidades de escoamento da

extração de castanha, diamantes e borracha. A EFT encerrou suas atividades em 1973, pouco antes do início da construção da UHE-Tucuruí.

A região das bacias dos rios Tocantins, Xingu e Tapajós era uma área de grandes conflitos entre os povos indígenas que lá habitavam: Asurini do Tocantins, Asuriní do Bacajá, Parakanã e Gaviões e as diversas frentes de penetração, como extratores de borracha e de castanha e garimpeiros. O diretor da EFT, Carlos Telles, organizou uma expedição armada contra os Asuriní do Tocantins (nessa época eram confundidos com os Parakanã), sem mediação do SPI. A intenção era a de aniquilar os indígenas, que atacavam a linha ferroviária, mas eles não foram encontrados na aldeia. O SPI abriu processo contra o diretor da ferrovia, denúncia que não foi acolhida pela justiça. Telles foi afastado e, no ano seguinte, publicou o livro *História secreta da Fundação Brasil Central: retrato de João Alberto e de uma época*, denunciando supostas irregularidades.

Getúlio Vargas visitou o acampamento do Rio das Mortes, acompanhado de ampla comitiva, como o então ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, repórteres, fotógrafos e cinegrafistas, com o propósito de fundar a cidade de Xavantina. A permanente visita de jornalistas à região do Xingu e a difusão audiovisual das diversas etapas da *Marcha para o Oeste* serviram para despertar o interesse geral pela área e contribuíram para a construção de um imaginário sobre a vasta “obra civilizatória” empreendida pelo Estado por meio das entidades FBC, SPI e do Ministério da Aeronáutica.

1946 - O SPI divulgou com alarde nos meios de comunicação ter conseguido atrair um grupo do povo Xavante, na região do Rio das Mortes. Outros contatos haviam sido tentados no passado, sem sucesso, inclusive pelos missionários salesianos. Na cosmologia Xavante, contudo, foram os próprios indígenas os responsáveis por terem “amansado” os brancos. Foram realizados contatos com outros grupos nas regiões dos rios Kuluene, Tanguro e Sete de Setembro, como os Kalapalo, Trumai, Kuikuro e Yawalapiti.

1948 - O ministro João Alberto deixou a presidência da FBC. Um grupo de deputados federais, liderado por Café Filho, criou uma comissão para verificar os trabalhos da Fundação Brasil Central. Alice Brill, jovem fotógrafa, acompanhou a comitiva. O conjunto fotográfico realizado, que está no acervo do IMS, abrange tomadas em Aragarças, Xavantina, Goiânia, e nos postos Kuluene, Xingu e Pimentel Barbosa, assim como numa aldeia do povo Kalapalo.

Nesse mesmo ano, Marcel Gautherot registrou algumas manifestações culturais do povo Karajá na Ilha do Bananal, possivelmente a serviço do SPI.

A Fundação Brasil Central determinou o fim da Expedição Roncador-Xingu.

1949 - Início da primeira Expedição Aeronáutica, chefiada pelo brigadeiro Raymundo Aboim. Os expedicionários visitaram a região do Rio das Mortes, onde tiveram encontro com o povo Xavante, no Posto Pimentel Barbosa. No Posto Xingu, contataram os Kalapalo e Kamaiurá. José Medeiros, fotógrafo de *O Cruzeiro*, acompanhou a viagem.

Os conflitos entre os Asurini do Tocantins e os brancos se acirraram no sul do Pará, quando os indígenas realizaram ataques na cidade de Tucuruí, em represália à contínua perseguição

por parte dos trabalhadores da EFT. O SPI intensificou as atividades de contato e o exército foi enviado para defender a EFT. O fotógrafo Marcel Gautherot registrou o trajeto da EFT.

1950 - Segunda Expedição Aeronáutica, também documentada fotograficamente por José Medeiros, encontrou novamente um grupo do povo Xavante. Nessa viagem foi possível entrar na aldeia indígena, conhecer as mulheres e chegar à Serra do Roncador, onde foi construído um campo de pouso.

No fim da viagem, a expedição também passou pela aldeia Meruri dos indígenas Bororo, no Mato Grosso, uma missão salesiana coordenada pelos padres Antonio Colbacchini e Cesar Albisetti. Os dois sacerdotes missionários haviam publicado, na Itália, em 1925, o estudo *Bororos Orientali "Orarimugudoge" dei Matto Grosso (Brasile)*, republicado na Coleção Brasileira em 1942.

Além das fotos de Medeiros, a aldeia também foi documentada no filme *Meruri*, de Nilo Oliveira Vellozo, pertencente aos arquivos do SPI no acervo do Museu do Índio.

1952 - Início da campanha pela demarcação do Parque Nacional do Xingu que, no projeto original, contaria com mais de 20 milhões de hectares, compreendendo desde a nascente do Rio Xingu, até o limite do estado do Pará. O projeto, redigido por Darcy Ribeiro, teve forte oposição do governo do Mato Grosso.

Séria crise entre a FBC e os irmãos Villas-Bôas. O presidente da FBC, Arquimedes Pereira Lima, foi acusado pelos sertanistas de participar de esquema de venda de terrenos em áreas indígenas do Xingu. Arquimedes, por sua vez, iniciou uma campanha de acusações contra os Villas-Bôas, que acabaram deixando a FBC e se transferindo para o SPI.

Noel Nutels elaborou uma campanha de defesa dos indígenas contra a tuberculose.

1953 - Henri Ballot participou da expedição ao território Txucarramãe, acompanhando os irmãos Villas-Bôas como fotógrafo da revista *O Cruzeiro*. A expedição também foi documentada no filme *Os primeiros contatos com os Txucarramãe* de Jorge Ferreira, também repórter do mesmo periódico e companheiro de viagens de Ballot pelo Brasil Central.

O mesmo fotógrafo também acompanhou a primeira aproximação com os Xikrin, pertencentes ao povo Kayapó, no Posto de Atração Indígena Las Casas, no Pará.

Nesse mesmo ano, o SPI fez contato com o povo Asuriní do Tocantins, que foi confundido com os Parakanã. Marcel Gautherot registrou essa primeira aproximação.

Por iniciativa de Darcy Ribeiro, então diretor da Seção de Estudos do SPI, foi criado o Museu do Índio, inicialmente em prédio na rua Mata Machado, no Rio de Janeiro, que atualmente abriga a Aldeia Marakanã.

1954 - Uma epidemia de sarampo na aldeia Kamaiurá, que se estendeu para outros povos do Xingu, matou mais de 110 indígenas. A epidemia teve sua origem no contato com brancos que trabalhavam com Dr. Olivio de Souza, chefe da base de Xavantina da Fundação Brasil

Central, durante a gestão de Arquimedes Pereira Lima. A morte de Morerekuap, cacique Kamaiurá, de complicações do sarampo, ocasionou a organização, por parte de seu povo, de um Jawari para o qual convidaram o povo Waurá. O fotógrafo Henri Ballot registrou os ensaios e o jogo entre os Kamaiurá e os Waurá.

De acordo com a reportagem de Jorge Ferreira, na revista *O Cruzeiro* (22 out. 1955, Javari, p. 108), a gestão de Arquimedes Pereira Lima na Fundação Brasil Central “conseguiu abrir a frente de contágios de gripe, da tuberculose, das epidemias e do assalto às terras e às mulheres dos índios”.

A inauguração da base aérea na serra do Cachimbo, contou com a presença do Presidente Vargas e de figuras públicas, como o proprietário dos Diários Associados, Assis Chateaubriand. Entre os presentes estava o major Haroldo Veloso, da Comissão de Construção de Campos de Pouso no Brasil Central. Além do transporte de futuros colonos para a região, as vias aéreas serviriam também como rotas de abastecimento das futuras fazendas.

O SPI e os irmãos Villas-Bôas denunciam a usurpação de mais de 6 milhões de hectares de terras na área projetada para o Parque do Xingu por parte de especuladores imobiliários.

1956 - O major Haroldo Veloso e o capitão José Lameirão lideraram a Revolta de Jacareacanga, uma tentativa de golpe contra o presidente Juscelino Kubitschek, recém empossado. Apropriando-se de um avião da Aeronáutica, partiram do Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro, pousando nas bases construídas pela FBC, até chegar à Serra do Cachimbo, seguindo logo depois para Jacareacanga, cujo campo de pouso também tinha sido obra de Veloso. A revolta durou 21 dias e os rebeldes, feitos prisioneiros, foram anistiados por JK.

1959 - Em 2 de dezembro teve início a segunda rebelião contra o governo Juscelino Kubitschek, conhecida como Revolta de Aragarças, articulada pelo líder da Revolta de Jacareacanga, o tenente-coronel Haroldo Veloso, e pelo tenente-coronel João Paulo Moreira Burnier. Um grupo de doze militares da Aeronáutica e do Exército e três civis saiu do Rio de Janeiro em três aviões da Aeronáutica, um avião comercial sequestrado - o primeiro caso de sequestro de avião do Brasil - e uma aeronave particular de Belo Horizonte rumo à cidade de Aragarças, em Goiás. A insurreição durou apenas 36 horas e não concretizou seus objetivos. Com a derrota, seus líderes fugiram para o Paraguai, Bolívia e Argentina.

Criação do Parque Nacional do Araguaia (PNA) na Ilha do Bananal, administrado pelo Governo Federal. O Parque integrava um plano de ação mais ampla, chamado “Operação Bananal”, deflagrada no ano seguinte, que pretendia converter a ilha em centro de fomento para o desenvolvimento do Vale do Araguaia, sendo o turismo, a caça e a pesca as principais atividades a serem incentivadas.

1960 - A inauguração de Brasília em 21 de abril, dia de Tiradentes, pelo presidente Juscelino Kubitschek concretizou o antigo sonho da capital do país no interior.

Seguindo os passos de Getúlio Vargas vinte anos antes, o presidente Juscelino Kubitschek também visitou a aldeia Karajá na Ilha do Bananal. A FBC foi encarregada da construção, ao lado da aldeia, do hotel JK com projeto de Oscar Niemeyer.

1961 - Criação do Parque Nacional do Xingu, na bacia dos rios Kuluene, Kurisevo e Ronuro, por decreto do presidente Jânio Quadros, com tamanho 10 vezes menor que o proposto em 1952. A medida teve forte oposição dentro e fora do governo, pois feria grandes interesses econômicos. Foi a primeira terra indígena demarcada no Brasil.

O jornalista e cinegrafista Jorge Ferreira, autor de diversas reportagens sobre os povos do Xingu na revista *O Cruzeiro* foi nomeado presidente da Fundação Brasil Central, ficando no cargo por pouco tempo, até a renúncia de Jânio Quadros.

1967 - A FBC encerrou suas atividades, sendo substituída pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), órgão criado pelo governo militar.

Em dezembro do mesmo ano foi extinto o SPI, sendo substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ainda hoje em atividade, recém renomeada Fundação Nacional dos Povos Indígenas. A extinção do órgão foi motivada pela repercussão do *Relatório Figueiredo*, documento resultante de uma comissão instaurada pelo Ministério do Interior, para apurar denúncias de crimes e irregularidades na atuação do SPI. O *Relatório Figueiredo* trouxe à tona todo tipo de violações contra os indígenas, as mais graves sendo de extermínio de comunidades inteiras, torturas e escravidão. Embora as denúncias tivessem grande repercussão na imprensa internacional da época, o documento ficou desaparecido até 2012, quando o pesquisador Marcelo Zelic, do grupo Tortura Nunca Mais, o localizou no Museu do Índio, no Rio de Janeiro. A partir desses documentos, Zelic conseguiu que a Comissão Nacional da Verdade abrisse espaço para investigar os crimes de Estado contra os povos indígenas durante a ditadura militar.



Instituto Moreira Salles

Anexo I: Mais sobre o eixo temático

As imensas riquezas naturais daquelas vastas regiões serão, dentro em breve, exploradas convenientemente: povoações e cidades surgirão. Teremos no coração do Brasil uma civilização decorrente da colonização planificada pela Fundação Brasil Central.

O Araguatins (GO), 5 de março de 1946, p. 6

A expedição Roncador-Xingu está enriquecendo a corografia brasileira. Por todo lugar que passa, desbrava e batiza, pois o batismo aqui é a consagração do desvendamento. Sendo uma região inteiramente virgem, essa por onde está passando a expedição, nunca recebeu de nenhum branco, conseqüentemente, outro nome se não o muito vago de selva. Mas com a presença do bandeirante, frente a frente com seus mistérios e surpresas, com sua opulência e selvageria, a mata virgem vai cedendo lugar ao rancho, ao núcleo, ao povoado e finalmente à cidade, que se encarregará, então, de fazer esquecer, com seu progresso, um passado de lutas do bandeirante indômito.

A Noite, 28 de junho de 1945, p. 1

Mas não é propriamente o Rio que me preocupa na mudança da capital - que o Rio cuidará de si até muito bem. Mais me preocupa a ideia de ver o planalto central violado na sua pureza e na sua inacessibilidade, é o planalto "civilizado", contaminado, vencido. Antes de termos realmente conquistado e possuído todo o resto do Brasil descoberto, já avançamos para o Brasil desconhecido: continuamos com o nosso velho sistema de roças e queimadas, inutilizando terra sem realmente cultivar nenhuma, porque cultivo é adubo e arado e não apenas machado e fogo. E vamos espalhando mais a pobreza e o atraso, e depois do planalto central virá a Amazônia, e onde já hoje inocentes malocas de índios nus haverá favelas, e nas belas cachoeiras desconhecidas os matarazzos tirarão lucros extraordinários, e os meninos e as raparigas ficarão tísicos, e haverá câmbio-negro onde ainda agora se vive da caça e da pesca, e às doenças naturais dos xavantes acrescentaremos as nossas doenças, e ao seu analfabetismo somaremos o nosso analfabetismo.

Rachel de Queiroz. O Cruzeiro, 3 de julho de 1948, p. 98

Em 4 de outubro de 1943, o decreto-lei 5878 instituiu a Fundação Brasil Central (FBC), "destinada a desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia e Xingu e no Brasil Central e Ocidental"¹.

¹ Decreto-lei nº 5.878 de 4 de outubro de 1943.

O novo órgão deveria criar a infraestrutura necessária para o funcionamento da Expedição Roncador-Xingu (ERX), estabelecida poucos meses antes para explorar e incentivar o povoamento da região do maciço central do Brasil por meio da criação dos então chamados "núcleos de civilização". A ERX seria a vanguarda da *Marcha para o Oeste*, ambicioso programa nacionalista lançado por Getúlio Vargas, em janeiro de 1938, alguns meses depois de ter decretado o Estado Novo. De acordo com o presidente da República, a *Marcha* abriria os caminhos e estenderia as fronteiras econômicas nos territórios considerados vazios, onde seriam fincados definitivamente "os alicerces da Nação". Em mais de uma ocasião, Vargas equiparou a *Marcha* ao "verdadeiro sentido de brasilidade"².

Fundada em plena Segunda Guerra Mundial, no ano seguinte ao ingresso do Brasil no conflito armado, a FBC extrapolou rapidamente sua função inicial, de auxiliar da ERX, ganhando amplo alcance em termos dos territórios abarcados e das atividades desenvolvidas. Geograficamente, a entidade operou em cinco estados: Goiás, Mato Grosso, Tocantins, no sul do Pará e do Amazonas. Para avançar na integração do território nacional, aumentando as fronteiras econômicas e levando a "civilização" aos pontos mais distantes, criou infraestrutura, mapeou rotas aéreas, construiu campos de pouso e buscou "integrar" os povos originários que encontrou em seu passo à vida "produtiva" da nação.

No âmbito econômico, suas tarefas incluíram mapeamentos, planos de exploração das riquezas naturais e instalação de indústrias. Para isso, tornou-se proprietária de enormes latifúndios nos cinco estados; agenciou mão de obra; gerenciou usinas de açúcar, olarias e entrepostos comerciais; explorou madeira e administrou uma ferrovia. Sem um território geográfico previamente delimitado, a FBC foi ampliando seus domínios à medida que seus agentes e projetos penetravam nos diversos territórios, ocupando terras compradas, doadas ou, por vezes, invadidas, gerando nesse processo também grandes conflitos.

A Expedição Roncador-Xingu, atividade mais difundida da FBC, entrou para a história associada ao nome dos irmãos Villas Bôas: Orlando, Cláudio e Leonardo, e à criação do Parque Nacional do Xingu. Algumas das ações que tiveram mais destaque no âmbito desta expedição foram os contatos com diversos povos indígenas, que contavam geralmente com o suporte do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), sempre acompanhados de muita publicidade por parte dos meios de comunicação. Xavante, Kalapalo, Kamaiurá, Kuikuro, Mehinako, Waurá, Yawalapiti, Trumai, Juruna, Asuriní e Karajá são alguns dos povos que ficaram conhecidos nacionalmente, após terem seus territórios invadidos por terra, por água e pelo ar, já que uma das principais formas de mapeamento dos territórios e de suas populações se deu por via aérea, com a participação ativa das forças aéreas brasileira e norte americana.

A presença do SPI nas ações de conquista do território e a influência de seu primeiro presidente, o Marechal Cândido Rondon, foram fundamentais nos primeiros tempos da FBC para garantir que boa parte das invasões ocorresse sem armamentos. O lema mais repetido de Rondon, adotado pela ERX, foi "morrer se preciso for; matar nunca". A relação entre as duas entidades, contudo, não foi isenta de tensões ao longo das diversas administrações. As divergências se converteram, em certos momentos, em querelas internas marcadas por ameaças e acusações de corrupção e de graves delitos contra os indígenas.

² Saudação aos brasileiros, pronunciada no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país à meia-noite de 31 de dezembro de 1937.

Contatos de funcionários da FBC com os povos indígenas também ocorreram fora do âmbito das ações da ERX, sem a mediação do SPI, e foram marcados, não raro, por atos de violência.

Boa parte dos processos enunciados pelo Estado como civilizatórios, tais como a criação de núcleos urbanos, a abertura de rotas aéreas e terrestres, a implantação de fábricas, postos de saúde e escolas e a construção de campos de pouso mobilizou um grande número de entidades e agentes governamentais, assim como representantes do Exército e da Aeronáutica. Empresários, políticos, religiosos, profissionais de saúde, cientistas, jornalistas, fazendeiros e trabalhadores locais foram agentes ou afetados pelas diversas atividades da FBC. A presença de estrangeiros nesse momento, sobretudo de norte-americanos, civis e militares, também ocorreu com certa constância.

Muitas foram as consequências da atuação da Fundação Brasil Central. As mais positivas, embora polêmicas pela enorme intervenção do Estado brasileiro nas formas de vida dos povos da região, não foram projetadas no momento de sua concepção, mas decorreram da vivência das equipes nos territórios. Tratam-se da criação do Parque Nacional do Xingu, em 1961, e do trabalho médico encabeçado por Noel Nutels, membro da FBC desde 1943.

Outro corolário foi a construção de Brasília, projeto que estava formalmente inserido na pauta republicana desde a Constituição de 1891³. Concretizado apenas em finais da década de 1950, o evento foi reiteradamente narrado como a materialização da cruzada civilizatória e modernizadora do Estado brasileiro sobre os territórios “inexplorados” no Brasil Central.

Inúmeros foram também os resultados negativos desse grande projeto de conquista e colonização interna, que teve efeitos desastrosos para os povos indígenas e em seus territórios. Transmissão de doenças, deslocamentos forçados, violência contra as mulheres, escravização e genocídios são crimes que foram praticados e naturalizados em nome de um projeto de Estado, de cunho nacionalista e modernizador, em pleno século XX.

De acordo com João Marcelo Ehlert Maia, “a história da FBC seria marcada por choques com os poderes estaduais, conflitos com a população local, problemas de gestão financeira e ambiciosos projetos de ordenação territorial que se mostrariam inexecutáveis”⁴. Para o mesmo autor, ainda, o projeto de Estado baseado na acumulação espacial e na expansão territorial é uma herança ainda presente no Brasil contemporâneo. Em suas palavras, “a FBC foi um elo fundamental nesse processo de acumulação espacial, pois a expansão das práticas estatais pelo território produziu oportunidades para investimentos e extração de renda, ao mesmo tempo que incentivou mais um capítulo da longa marcha dos homens sobre o espaço (...). As novas fronteiras do agronegócio e os grandes projetos hidrelétricos no Alto Xingu reiteram a articulação entre grande capital e Estado que marcou a história das práticas estatais no Brasil e suas linguagens”⁵.

As consequências do projeto de soberania, desenvolvimento e identidade da Nação baseadas em práticas de conquista e colonização herdadas desde 1500, contudo, ainda são

³ “Fica pertencente à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 km², que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal”. Constituição Federal de 1891, artigo 3º.

⁴ Maia, João Marcelo Ehlert. Estado, território e imaginação espacial. O caso da Fundação Brasil Central. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 78.

⁵ Idem, p. 200.

sentidas cotidianamente em todo o Brasil, afetando, sobretudo, os povos originários e as demais populações vulnerabilizadas por estas mesmas práticas.

A FBC foi extinta em 1º de dezembro de 1967, pela lei 5.365, em plena ditadura militar, quando seus bens foram transferidos para a Superintendência do Centro Oeste (Sudeco). Nesse mesmo ano, o SPI também foi extinto e substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

O papel das imagens na Marcha para o Oeste

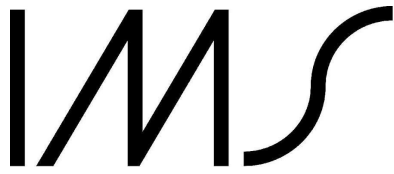
Os meios de comunicação tiveram ampla atuação na divulgação das ações da FBC, sobretudo na primeira década de existência. A imprensa foi incentivada a enviar equipes de reportagem para acompanhar os avanços da Expedição Roncador-Xingu desde seus movimentos iniciais. A revista ilustrada *O Cruzeiro* e jornais como *Última Hora*, *O Jornal* e *A Noite* noticiaram com alarde aspectos do cotidiano das expedições e das várias frentes de trabalho da FBC. De acordo com o jornalista iugoslavo Tibor Sekelej⁶, que se incorporou a um trecho da expedição em 1946 a convite da FBC, a expedição era acompanhada diariamente pelos jornais através dos repórteres que todos os dias chegavam ao acampamento de avião. As próprias entidades, como o SPI e a FBC, mantiveram em suas equipes fotógrafos e cinegrafistas e formaram um acervo considerável de imagens oficiais. Não por acaso jornalistas e cinegrafistas que participaram de perto das atividades oficiais da *Marcha para o Oeste* chegaram ao comando das entidades: o cinegrafista Nilo Vellozo assumiu, na década de 1950, cargos de direção no SPI e o jornalista Jorge Ferreira, repórter de *O Cruzeiro*, chegou à presidência da FBC em 1961.

A fotografia e o cinema tiveram, portanto, ativa presença nesse projeto de colonização impulsionado pelo Estado brasileiro. As imagens documentaram e narraram ações da *Marcha para o Oeste*, sendo veiculadas, em diversas ocasiões, como testemunha ocular privilegiada de fatos inéditos na história do país, sobretudo em relação às representações de povos indígenas “nunca antes contatados” pelos “homens civilizados”.

Por outro lado, essas mesmas fotografias constituíram uma memória visual relevante de povos, lugares e práticas, que precisa ser revisitada. Se as imagens, em sua época, foram agentes do discurso do Estado e, nas palavras do arquiteto Paulo Tavares, legitimaram “simbolicamente as práticas coloniais como um elemento fundamental da modernização nacional”⁷, hoje elas podem, e estão sendo, repensadas e reapropriadas à luz de outras perspectivas que atualizam e ressignificam a história desse projeto complexo que foi a ocupação do *Oeste*, executada pela FBC.

⁶ MONTEIRO, Paula. **Selvagens, civilizados, autênticos**: A produção das diferenças nas etnografias salesianas (1920-1970). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 422.

⁷ TAVARES, Paulo. A capital colonial. **Revista Zum**, 28 de julho de 2020. Disponível em: <https://revistazum.com.br/ensaios/a-capital-colonial/>



Instituto Moreira Salles

Anexo II: *A Marcha para o Oeste* e a Fundação Brasil Central no acervo do Instituto Moreira Salles (IMS)

O IMS possui em seu acervo mais de 1500 imagens vinculadas, direta ou indiretamente, ao universo de ações da Fundação Brasil Central (FBC), nas décadas de 1940 e 1950.

O conjunto fotográfico é bastante heterogêneo tanto nos aspectos estéticos, como nos motivos geradores das imagens e na trajetória que elas construíram ao longo do tempo. Nele existem fotografias totalmente inéditas, assim como outras amplamente conhecidas, que tiveram múltiplas publicações desde sua primeira veiculação em revistas e jornais.

Algumas das fotografias desse conjunto, aquelas diretamente ligadas aos povos que hoje integram o Parque Nacional do Xingu, participam atualmente da exposição *Xingu: Contatos*, no IMS Paulista (até 9/04/23), iniciativa que iniciou a revisão da história dessas imagens e contou com a colaboração de pesquisadores e lideranças indígenas, por meio da identificação de pessoas, locais e situações retratadas. É a primeira vez, contudo, que o conjunto mais amplo, em termos geográfico e temático, é reunido pelo IMS a partir do mesmo contexto gerador, que foi a atuação colonizadora da FBC, com o apoio de outras entidades governamentais, no âmbito da *Marcha para o Oeste*.

As imagens mais antigas, datadas de 1948, são de autoria de Alice Brill, então uma jovem fotógrafa em sua primeira viagem de trabalho, e uma das poucas mulheres a produzir material imagético da região naquele momento. Alice registrou a expedição de uma comissão parlamentar liderada pelo então deputado federal Café Filho que visitou Uberlândia, Goiânia, Aragarças, Xavantina, Ilha do Bananal, São Domingos e os Postos Indígenas da FBC Xingu e Kuluene, com o objetivo de avaliar o trabalho desenvolvido pela Fundação Brasil Central (FBC).

Boa parte dessas imagens permaneceu inédita. A fotógrafa tencionava publicá-las na revista *Life*. Duas imagens da coleção, sem créditos à autora, ilustram o artigo *Convite a fotografar*, uma reflexão sobre o papel documental da fotografia, publicada no segundo número da revista *Habitat*, em 1951. Outra fotografia, do mesmo conjunto, ilustrou o livro *The arts in Brazil: A new museum at São Paulo*, de Pietro Maria Bardi, em 1956, publicado pela editora italiana Milione.

Também em 1948, Marcel Gautherot realizou ampla documentação do povo Karajá e das paisagens da Ilha do Bananal, às margens do Rio Araguaia, possivelmente por encomenda do SPI. Registrou, no ano seguinte, trechos da Estrada de Ferro Tocantins (EFT), administrada pela Fundação Brasil Central. Os violentos conflitos gerados pela ferrovia, sobretudo depois da sua incorporação pela FBC, com os povos que habitavam a região, e especificamente com o povo Asuriní do Tocantins, foram noticiados em grande escala pela imprensa. As fotografias que Gautherot realizou desse povo, em 1953, registraram o primeiro contato oficial com o SPI, em busca de uma relação mais pacífica. Nessa mesma região, às margens do rio Tocantins, o francês fotografou o garimpo de diamantes na comunidade da Vila de Tauiry, outra atividade fortemente ligada aos conflitos na região.

Fotografias sobre a confecção de bonecas pelas mulheres Karajá foram publicadas no primeiro número da Revista Módulo, em março de 1955, no ensaio de Gaston Cruls intitulado *Bonecas Carajás*. Uma foto da Estrada de Ferro Tocantins foi publicada em 1950 no álbum fotográfico *Brasil: 217 photographes de A. Bom, P. Verger et M. Gautherot*, da editora francesa Paul Hartmann.

Entre os arquivos dos fotojornalistas da Revista *O Cruzeiro*, José Medeiros e Henri Ballot, encontramos registros de diversas expedições ao Brasil Central, lideradas pela FBC, pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e pela Aeronáutica. Medeiros criou um forte vínculo com as populações indígenas do Xingu a partir de 1949, quando realizou a primeira das várias viagens que fazia à região, acompanhando as expedições da Aeronáutica para mapeamento de rotas aéreas e construção de campos de pouso. O fotógrafo realizou ainda reportagens sobre o serviço de assistência médica aos indígenas e o avanço do Estado pela região. Parte das fotografias realizadas nas diversas viagens foram publicadas em *O Cruzeiro*.

Em 1953, Henri Ballot iniciou suas incursões ao Alto Xingu e ao Araguaia, para acompanhar as expedições dos irmãos Villas Bôas, então no SPI, em busca de contatos com povos indígenas, algumas delas no âmbito da construção da base aérea da Serra do Cachimbo, cuja inauguração também foi fotografada por Ballot, em 1954. Ao longo da década, o fotógrafo retornou diversas vezes para realizar reportagens para *O Cruzeiro*, frequentemente acompanhado do jornalista e cinegrafista Jorge Ferreira, que se tornaria, em 1961, presidente da FBC. Entre suas fotografias mais célebres encontram-se os registros das cerimônias tradicionais dos povos da região, como o Kuarup e o Jawari.

Minibios dos fotógrafos

Alice Brill (Colônia, Alemanha, 1920 - São Paulo, 2013)

Filha do pintor Erich Brill e da escritora e jornalista Marte Brill viveu em Hamburgo até os 13 anos. Em 1934 chegou ao Brasil com seu pai, morando por seis meses com ele na Ilha de Paquetá. Sua mãe já se encontrava em São Paulo e Alice somente a reencontrou após o carnaval do ano seguinte, quando passou a morar com ela na capital paulista. Aos 14 anos já empunhava sua primeira máquina fotográfica, presente de seu pai. Ainda em idade escolar, trabalhando na livraria Guatapará para ajudar nas despesas familiares, conheceu os pintores Aldo Bonadei e Paulo Rossi Osir, integrantes do Grupo Santa Helena, que se tornaram seus professores. Entre 1946 e 1947 ganhou uma bolsa para estudar artes na University of New Mexico, em Albuquerque, e na Art Student's League, em Nova York, nos Estados Unidos. Ao retornar ao Brasil, continuou estudando, desta vez gravura, com Poty e Yolanda Mohaly.

No final dos anos 1940 começou a trabalhar como fotógrafa, desenvolvendo especial interesse em temáticas de arte, arquitetura e paisagem urbana. Realizou fotografias para a revista *Habitat*, editada por Lina Bo Bardi, e, entre 1953 e 1954, a convite do marido da arquiteta, Pietro Maria Bardi, fundador do Museu de Arte de São Paulo, elaborou uma série sobre a cidade de São Paulo, para comemorar o IV centenário da cidade, que se tornou um dos seus trabalhos mais célebres. Também fotografou as cidades de Salvador, Rio de Janeiro e Ouro Preto.

Em 1975 Brill iniciou seu trabalho como crítica de arte, tendo publicado com certa regularidade ensaios no jornal *O Estado de São Paulo*. Seu livro *Samson Flexor: Do Figurativismo ao Abstracionismo* foi premiado como melhor publicação de arte pela Associação Paulista de Críticos de Arte em 1991. Além dessas atividades, dedicou-se à

pintura e à vida acadêmica, alcançando o título de doutora pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo em 1994.

Saiba mais sobre Alice Brill: <https://ims.com.br/titular-colecao/alice-brill/>

Link para o conjunto fotográfico Alice Brill - Fundação Brasil Central:

acervos.ims.com.br/portals/pincollection.aspx?collectionName=%7B3c409726-1b3d-4833-9c82-e4c4b37d597c%7D

José Medeiros (Teresina, 1921 - L'Aquila, Itália, 1990)

Filho mais velho de Zenaide Medeiros e do fotógrafo amador Francisco Medeiros. Entre seus quatro irmãos, destaca-se o cenógrafo e figurinista Anísio Medeiros. Em 1939 a família se mudou para o Rio de Janeiro e, no ano seguinte, José começou a trabalhar como funcionário público, na Companhia de Correios e Telégrafos e no Departamento Nacional do Café. Paralelamente, trabalhava como *freelancer*, fotografando para as revistas *Tabu*, *Rio* e *Sombra* e fazendo retratos para artistas, num estúdio montado em sua residência. Em 1946, o fotojornalista Jean Manzon conheceu Medeiros e o apresentou para a equipe da revista *O Cruzeiro*, periódico com a maior tiragem da época. Com uma reportagem sobre as festas regionais de Alagoas, Medeiros conquistou espaço na redação, tornando-se fotógrafo da revista até 1962. Em suas inúmeras reportagens registrou o cotidiano, artistas e figuras políticas, eventos esportivos, festas e manifestações culturais, populações indígenas, tendo um olhar especial para assuntos considerados na época à margem da sociedade. Uma de suas reportagens mais discutidas foi *As noivas dos deuses sanguíneos* (*O Cruzeiro*, 15 de setembro de 1951), que tornou público um ritual secreto de iniciação no Candomblé na Bahia. As fotografias realizadas foram publicadas mais tarde em seu livro *Candomblé*, o primeiro sobre a religião no Brasil. Como repórter fotográfico viajou por diversos países da Europa, África e América. Em 1962, após sua saída da revista, criou a agência fotográfica *Imagem*, em parceria com seu colega Flávio Damm, que manteve até 1965. Em seguida, dedicou-se à fotografia de cinema, assinando nessa função curtas e longas metragens como *A Falecida* (1965), *Xica da Silva* (1976) e *Memórias do Cárcere* (1983). No final da década de 1980, trabalhou como professor de fotografia na Escola Internacional de Cinema de San Antonio de Los Baños, em Havana, Cuba.

Saiba mais sobre José Medeiros: <https://ims.com.br/titular-colecao/jose-medeiros/>

Link para o conjunto fotográfico José Medeiros - Fundação Brasil Central:

acervos.ims.com.br/portals/pincollection.aspx?collectionName=%7B377652e9-9fda-4cdb-be7c-b65edc3e248c%7D

Marcel Gautherot (Paris, França, 1910 - Rio de Janeiro, 1996)

Com 15 anos de idade, Gautherot ingressou na École Nationale Supérieure des Arts Décoratifs sediada em Paris, para estudar arquitetura. Em 1936 participou da construção do Museu do Homem, na mesma cidade, e, no processo de documentação das peças que integrariam o museu, surgiu seu interesse pela fotografia. No mesmo ano, com uma carta de recomendação da instituição, viajou ao México para fotografar artefatos do Museu Nacional do México e a fazenda Tetlapayac, local em que o filme *Que Viva Mexico!* de Serguei Eisenstein, foi ambientado. Essas fotos foram publicadas em 1938 nas revistas *Cahiers d'Art* e *Voilà* e conferiram a Gautherot uma inicial notoriedade como fotógrafo, inclusive despertando o interesse de Pablo Picasso. A partir da leitura de *Jubiabá*, romance de Jorge Amado, Marcel Gautherot se interessou pelo Brasil e viajou para a região amazônica brasileira em 1939, fixando-se no Rio de Janeiro em 1940. Travou contato com intelectuais e artistas modernistas e, desde então, realizou trabalhos de documentação fotográfica em diversos locais do país para o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e se aproximou de arquitetos brasileiros como Lúcio Costa e de intelectuais como Rodrigo Melo Franco de Andrade. Gautherot produziu um numeroso conjunto de registros sobre a arquitetura colonial e moderna brasileira, algumas junto com seu conterrâneo Pierre Verger. Em 1947 estreou na revista *O Cruzeiro* como *freelancer* ao publicar fotografias de carrancas em embarcações no Rio São Francisco, viagem em que também registrou pessoas e festas populares. A partir de 1948 colaborou com o folclorista Edison Carneiro em um projeto da Comissão Nacional de Folclore, criada em 1947, documentando manifestações culturais como bumba-meu-boi, reisado, círio de Nazaré, carnaval, entre outras. Entre suas atividades, também colaborou com revistas nacionais e internacionais, participou de exposições, fotografou obras de arte e publicou os livros *Pernambuco: Recife - Olinda* (1970), *Congonhas do Campo* (1973) e *Bahia, Rio São Francisco, Recôncavo e Salvador* (1995). Um de seus trabalhos mais conhecidos é a documentação da construção de Brasília na década de 1960, a pedido do arquiteto Oscar Niemeyer, que o tinha como fotógrafo predileto.

Saiba mais sobre Marcel Gautherot: <https://ims.com.br/titular-colecao/marcel-gautherot/>

Links para os conjuntos fotográficos de Marcel Gautherot no IMS:

Estrada de Ferro Tocantins:

acervos.ims.com.br/portals/pincollection.aspx?collectionName=%7Bd1248be2-3805-42f2-a57f-bb43baa8a3c5%7D

Primeiro contato com o povo Asurini do Tocantins:

acervos.ims.com.br/portals/pincollection.aspx?collectionName=%7B3c596e8a-84b8-4f4a-a248-71fec855be1%7D

Garimpo de diamantes no Rio Tocantins:

acervos.ims.com.br/portals/pincollection.aspx?collectionName=%7B6d122d16-aff4-4707-9d5f-1d59a22c6d14%7D

Ilha do Bananal:

acervos.ims.com.br/portals/pincollection.aspx?collectionName=%7Bbbe633d-dbda-488f-8bfb-42f04042d534%7D

Henri Ballot (Pelotas, 1921 - São José, 1997)

Filho de mãe brasileira e pai francês, Ballot nasceu em Pelotas, Rio Grande do Sul, e se mudou para a França aos dois anos de idade, passando sua infância e adolescência na região de Charente. Participou da Segunda Guerra Mundial como piloto integrante das Forças Aéreas Francesas Livres (FAFL), e foi abatido pelos alemães em 1945, em território sob comando norteamericano. Passou dois anos em recuperação num hospital em Denver, onde teve um contato inicial com a fotografia, pois seu colega de convalescência era fotógrafo amador. Em 1949, Ballot se mudou para São Paulo e iniciou sua carreira como fotógrafo na revista *O Cruzeiro*, onde trabalhou por vinte anos. De acordo com sua viúva Carmen Judy Chateaubriand, gostava de reportagens que ofereciam algum grau de ação e aventura. Entre os trabalhos relevantes que Ballot realizou para a revista estão *Cocaína* (1952), *250 mil operários de braços cruzados - Greve em S. Paulo* (1953), *Antártida, silêncio branco* (1957), *Sete dias sem fronteira. Líbano: a morte em cada esquina* (1958). Cobriu ainda as Copas do Mundo de 1958 e 1962. Em 1961, produziu *Novo recorde americano: miséria* (1961), matéria que expõe a pobreza e a desigualdade em Nova York, escrita em resposta à matéria *Freedom's Fearful Foe: Poverty*, centrada na pobreza da favela da Catacumba no Rio de Janeiro, publicada na revista *Life* naquele mesmo ano. Depois de sair da *Cruzeiro*, trabalhou no jornal *Última Hora* por alguns anos. No início da década de 1970 se mudou com a família para Ilha Grande, no Rio de Janeiro, e retomou o hobby de pilotar aeronaves, ao adquirir um ultraleve. Após 19 anos na região, se mudou para Santa Catarina, onde faleceu.

Saiba mais sobre Henri Ballot: <https://ims.com.br/titular-colecao/henri-ballot/>

Links para o conjunto fotográfico Henri Ballot no IMS:

acervos.ims.com.br/portals/pincollection.aspx?collectionName=%7B5d1da9d7-55df-42d7-9fb8-8ef2070435e5%7D



Instituto Moreira Salles

Sugestões bibliográficas

ALMEIDA, Thays Fregolente de. *Modernos bandeirantes, antigos interesses: a Expedição Roncador-Xingu e a conquista da fronteira Oeste (1938-1948)*. 2022. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

Disponível em:

<https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/26005/1/Thays%20Fregolente%20de%20Almeida.pdf>

ANDRADE, Rafael Santana Gonçalves de. *Watau: A trajetória de uma liderança Karajá e o projeto modernista do Estado brasileiro*. Biografia. Os Brasis e suas memórias, s.d. Disponível em: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/biografia-watau/>

ARNAUD, Expedito. A ação indigenista no sul do Pará (1940-1970). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, n. 49, p. 1-25, 6 out. 1971. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aarnaud-1971-acao/Arnaud_1971_AcaoIndigenistaSulPara.pdf

CLÍMACO MATTOS, Sílvia. Narrativas xavantes sobre o contato interétnico. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 1-22, 2021. Disponível em:

<https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1693>

FAUSTO, Carlos. O sarampo do tempo de meu avô: memórias do etnocídio na pandemia. *Nexo Jornal*, São Paulo, 24 abr. 2020. Disponível em:

https://ds.saudeindigena.iciet.fiocruz.br/bitstream/bvs/4602/1/O_sarampo_do_tempo_de_meu_avo_Memorias_d-63548554.pdf

FERNANDES, Estevão Rafael. *Entre cosmologias, estratégias e performances: incursões Xavante à Funai*. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2005. Disponível em:

<http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/TESES/MFN-24247.pdf>

FERNANDES, Florestan. Tiago Marques Aipobureu: um Bororo marginal. *Tempo Social*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 293-323, 2007. DOI: 10.1590/S0103-20702007000200012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12557>

FRANÇA, João Vitor Procópio. *A Conquista do Brasil Central sob a perspectiva Estado Novo: discursos e domínio territorial*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/28551/1/2021_JoaoVitorProcopioFranca_tcc.pdf

FUNDAÇÃO Brasil Central. Separata do Observador Econômico Financeiro, 1945. Disponível em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_s7/0/txt/cx016/br_rjanrio_s7_cx016_pt002_d0001de0001.pdf

GALVÃO, Maria Eduarda Capanema Guerra. *A Expedição Roncador-Xingu e a tarefa de ocupar, civilizar e urbanizar o Brasil Central*. 2014. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13686>

GARFIELD, Seith. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na Era Vargas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 15-42, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882000000100002>

KALAPALO, Teteko Jahi. *Trajetória do povo Kalapalo*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Barra do Bugres, 2016. Disponível em: <http://portal.unemat.br/media/files/TetekuOk.pdf>

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Aragarças: a cidade encantada no sertão de Goiás. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 6, n. 13, p. 65-87, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832000000100004>

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. *O desencanto do Oeste: memória e identidade social no médio Araguaia*. Goiânia: UCG, 2001.

MACIEL, Dulce Portilho. Estrada de Ferro Tocantins: uma história de truculência e corrupção submersa em Tucuruí. In: ENCONTRO CIÊNCIA SOCIAIS E BARRAGENS, 1., 2005, Rio de Janeiro. *Relatório*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. Sessão Temática 6: Cultura, memória, imaginário, p. 1-20. Disponível em: http://www.ecsb2007.ufba.br/layout/padrao/azul/ecsb2007/arquivos_antigos/st6_05.pdf

MAIA, João Marcelo Ehlert. *Estado, território e imaginação espacial: o caso da Fundação Brasil Central*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MAIA, João Marcelo Ehlert. Fronteiras e *state-building* periférico. O caso da Fundação Brasil Central. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 35, n. 69, p. 895-919, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-87752019000300008>

MEHINAKU, Mutua. *Tetsualü: pluralismo de línguas e pessoas no Alto Xingu*. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.etnolingua.org/tese:mehinaku-2010>

MONTEIRO, Paula. *Selvagens, civilizados, autênticos: a produção das diferenças nas etnografias salesianas (1920-1970)*. São Paulo: Edusp, 2012.

MORAES, Lúcia Maria. *A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas*. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

NIMUENDAJÚ, Curt. Carta sobre a expedição armada contra os índios Parakanã (1945). In: NIMUENDAJÚ, Curt. *Textos indigenistas: relatórios, monografias, cartas*. São Paulo: Ed. Loyola, 1982, p. 244-245. Disponível em:
http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Animuendaju-1982-parakana/Nimuendaju_1982_Parakana.pdf

OLIVEIRA, Acary Passos de. *Roncador-Xingu: Roteiro de uma expedição: Barra do Rio das Garças (Aragarças) 1943 - Rio das Mortes (Xavantina) 1944*. Goiânia: UFGO, 1976. Disponível em:
http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aoliveira-1976-roncador/Oliveira_1976_RoncadorXinguRelatExped.pdf

OLIVEIRA, Eloir Inácio de. *O Jorubo e o Meriri Ikureu Oiagodu Rogu*. Encontro Intercultural e Poder entre os Bororo da Aldeia Meruri. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais/Antropologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em:
<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/19709/2/Eloir%20In%C3%A1cio%20de%20Oliveira.pdf>

OLIVEIRA, Natália Araújo de. "Conquistando o Oeste": Amazônia Legal brasileira e o caso de Nova Xavantina/MT. *Fronteiras*, Dourados - MS, v. 17, n. 30, p. 248-272, 2015. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=588265551014>

RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. *Marâiwatsédé, uma tragédia anunciada*. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 181, 2018. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/83399>

SENRA, Nelson de Castro (org.). *Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv44769.pdf>

TAVARES, Paulo. A capital colonial. *Revista Zum*, São Paulo, 28 jul. 2020. Disponível em:
<https://revistazum.com.br/ensaios/a-capital-colonial/>

VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas*. História de sangue e resistências. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VILLAS-BÔAS, Cláudio e Orlando. *Xingu. O Velho Káia*. Porto Alegre: Editora Kuarup, 1984

Depoimentos indígenas. Museu da Pessoa. Centro de Referência Virtual Indígena. Armazém da Memória

Awapataku Waura:

https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=crv_indigena_acervosinstituicoes&pagfis=16438

Bedjara Kayapó:

https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=crv_indigena_acervosinstituicoes&pagfis=16468

Paulo Cipassé Xavante

https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=crv_indigena_acervosinstituicoes&pagfis=16807

Pere Waurá

https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=crv_indigena_acervosinstituicoes&pagfis=16834

Watatakalo Yawalapiti

https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=crv_indigena_acervosinstituicoes&pagfis=17025

Outras fontes de consulta

Rede Xingu +: <https://xingumais.org.br/>

Arquivo Nacional: Coordenação Regional no Distrito Federal: Fundo/Coleção H3 - Fundação Brasil Central

CPDOC- Fundação Getúlio Vargas: Arquivo João Alberto; Arquivo Nero Moura

Museu do Índio:

Acervo arquivístico SPI:

http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mi_arquivistico&pagfis=201421

Relatório Figueiredo:

http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mi_arquivistico&pagfis=201427

Documentos audiovisuais e iconográficos SPI

<http://base2.museudoindio.gov.br/cgi-bin/wxis.exe?IsisScript=phl82.xis&cipar=phl82.cip&lang=por>

Armazém Memória. Centro de referência virtual indígena. Acervo de Instituições/

<https://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>

Povos Indígenas do Brasil. Vídeos

<https://www.youtube.com/@PovosIndigenasnoBrasil/playlists>

Exposição Xingu: Contatos/ IMS Paulista

https://ims.com.br/exposicao/xingu-contatos_ims-paulista/

Podcast Xingu: terra marcada

<https://radiobatuta.ims.com.br/podcasts/xingu-terra-marcada>

Live: Fotografia moderna, extermínio indígena e reparação | Revista ZUM #20

Paulo Tavares e Fernando de Tacca

<https://www.youtube.com/watch?v=xN68NIEUfEU>